

# Policiamento baseado em evidências

Muitos países deixaram de atacar as consequências do crime para se concentrar nas causas do problema. No Brasil já demos os primeiros passos nessa direção, mas ainda temos um longo caminho pela frente

Na semana passada, o Ministério da Justiça e Segurança Pública recebeu o professor Spencer Chainey, da University College of London, para uma palestra sobre análise criminal. Não é a primeira vez que Chainey vem ao Brasil. Em 2007, o professor esteve na Universidade Federal de Minas Gerais participando de evento sobre geografia do crime. Desde a década de 1990, esses e outros temas têm sido discutidos dentro do novo paradigma de policiamento baseado em evidências.

Em alguns países, verifica-se a tendência de mudar a forma de responder aos problemas de violência, criminalidade e medo. As soluções deixaram de ser orientadas para o crime (*crime-oriented policing*) e passaram a focar na resolução dos problemas que os geraram (*problem-oriented policing*). Os seja, deixou-se de atacar as consequências para se concentrar nas causas dos problemas.

A mudança de paradigma envolve uma série de desafios. O primeiro deles refere-se à qualidade dos dados utilizados nas análises criminais. Sabemos que no Brasil as estatísticas de segurança pública precisam melhorar muito. Além de estatísticas mais confiáveis, precisamos de dados sobre medo, vitimização, taxas de homicídios, taxas de reincidência dentre outros. Também precisamos ampliar a capacidade do Estado de analisar estes dados. Ao contrário do DATASUS e do INEP, a área de segurança pública não dispõe de um órgão capaz de sistematizar e analisar os dados.

O segundo desafio diz respeito à cooperação entre os órgãos de segurança pública e as universidades. Em alguns países, essa cooperação é antiga e bem estabelecida. O Reino Unido é um bom exemplo. Desde a década de 1970 há um intenso intercâmbio de pessoas e ideias entre as academias de polícia e os departamentos de criminologia.

No Brasil, esta cooperação ainda é incipiente. É certo que houve um significativo crescimento da produção científica nacional sobre temas de segurança pública e também foram criados centros de estudos em diversas universidades. Apesar disso, a cooperação polícia-universidade ainda não é uma política de Estado, baseando-se principalmente em iniciativas individuais.

O último desafio está relacionado à capacidade de os governos coordenarem ações de polícia com iniciativas de outras áreas. No Brasil, a capacidade de governança da área de segurança pública ainda é muito baixa. As secretarias estaduais de segurança pública, que deveriam planejar, coordenar e articular ações, não dispõem de pessoal qualificado, tecnologia adequada e instrumentos de gestão necessários.

Portanto, há um longo caminho para implantarmos a filosofia do policiamento baseado em evidências. Mas os primeiros passos já começaram a ser dados. Alguns estados têm ampliado sua capacidade de informação e análise e implantado novos instrumentos de gestão. Para fazer isso, os governos estaduais buscaram o apoio das universidades.

---

<https://backup.forumseguranca.org.br/editorial/template-1-editorial-utgfh-8pvm>

